

ILMA. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CIGSS, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO.

Instrumento de Chamamento Público nº 04/2024-SES/GO

Processo: 202300010063746

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente qualificado como Organização Social no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, e-mail: licitacao.matriz@igh.org.br, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 165, I, no Decreto nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023, mais precisamente o artigo 5º, § 8º e demais dispositivos legais pertinentes à matéria e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital (fl. 09), vem, perante Ilma. Sr.ª, **interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Resultado preliminar do Chamamento Público nº 04/2024-SES/GO**, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no **Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI**, localizado na Praça Sebastião Xavier nº 66 Bairro Centro, Itumbiara - GO - Goiás, CEP.: 75513-540, proferido por essa ilustre comissão no âmbito do certame tombado sob o número em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre ressaltar que o presente recurso é devidamente tempestivo e encontra amparo na legislação vigente, consoante restará demonstrado.

Compulsando-se os autos do processo, verifica-se que a decisão ora atacada foi veiculada no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde no dia 11/11/2024, iniciando-se a contagem do prazo, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 12/11/2024.

Neste esteio, considerando a previsão editalícia para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis – contida no item 11.3 do Edital (fl. 09), tem-se por *dies ad quem* 14/11/2024. Perfaz-se tempestivo, portanto, o presente apelo.

2. DA SÍNTESE DO PROCESSO

O Estado de Goiás, através da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde – CICGSS - SES/GO, está promovendo o presente certame, na modalidade Chamamento Público - tipo melhor técnica, com vistas a selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI, localizado na Praça Sebastião Xavier nº 66 Bairro Centro, Itumbiara - GO - Goiás, CEP.: 75513-540. Credenciaram-se para participar do chamamento 07 (sete) entidades.

Em 01/10/2024 foi realizada a sessão de entrega dos envelopes nº 01 – Propostas Técnicas e envelopes nº 02 - Habilitações e, ato contínuo, abertura dos envelopes de nº 01 dos concorrentes, sendo informado pela comissão que a notificação do resultado seria divulgada no sítio eletrônico da SES/GO.

Após a análise dos documentos apresentados, a Comissão Interna proferiu a publicação do julgamento no sítio eletrônico da SES/GO em 11/11/2024 e, numa decisão manifestamente equivocada, data máxima vênua, pontuou o Instituto de Gestão e Humanização com apenas NT= 28,32 (FA1- 14,60; FA2 - 17,00; FA3 - 47,10), o que levou a queda do IGH para a 3º lugar na classificação do certame.

Foram declaradas classificadas a **1º ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE - AGIR NT= 30,84** (FA1- 17,40 ; FA2 - 17,40 ; FA3 - 51,00), **2º HOSPITAL E**

MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - HMTJ NT= 30,60 (FA1- 14,70 ; FA2 - 13,95 ; FA3 - 55,00) e **5º ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ABEAS NT= 20,72** (FA1- 12,50 ; FA2 - 13,90 ; FA3 - 32,00).

Aduza-se também terem sido desclassificados do certame por não atingirem o mínimo de 50% em um dos critérios (FA1, FA2 e/ou FA3) ou deixar de atender item do edital: **4º FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - FUNDAHCU/UFMG NT= 27,31** (FA1- 16,60; FA2 - 18,70; FA3 - 41,80) (não apresentou a mídia eletrônica, conforme exigência do instrumento convocatório), **6º INSTITUTO DE GESTÃO ALIANÇA - IGA NT= 19,06** (FA1- 7,80; FA2 - 7,45; FA3 - 36,20) (desclassificada no critério FA1 e FA2) e **7º ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOÃO PAULO II NT= 14,78** (FA1- 10,50; FA2 - 10,75; FA3 -21,00) (desclassificada no critério FA1; FA2 e FA3).

Irresignado com a situação, vem o IGH, perante essa respeitosa comissão, interpor o presente recurso administrativo, baseado nas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS:

3.1. QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA DO IGH:

Da análise da matriz de avaliação apresentada, observa-se que muitos dos argumentos apresentados para a atribuição de baixa pontuação para os itens apresentados na proposta técnica contradizem com o que é solicitado no edital do chamamento público. Vejamos:

3.1.1. Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho (FA.2.1)

3.1.1.1. Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB):

A comissão de avaliação atribuiu nota 0,4 de 0,50 pontos possíveis alegando que: “Não trouxe na proposta de constituição a composição dos membros, também exigidos para a composição de nota.”

Contudo, destacamos que a sugestão de composição se encontra no Art. 4º do Regimento Interno, conforme o seguinte:

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. A CAMB deverá ser constituída pelos seguintes membros:

- a) Um representante do Núcleo de Recursos Humanos;
- b) Um representante do SESMT;
Um representante da CIPA;
- d) Um representante da Comissão de Segurança do Paciente ou Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- e) Um representante da Enfermagem;
- f) Um representante da Comissão Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (CGRSS);
- g) Um representante do setor de compras e logística.

Dessa forma, se mostra necessário a atribuição da nota pendente ao IGH, uma vez que o demonstrou-se o pleno atendimento do quanto solicitado no edital.

3.1.1.2 Proposta e metodologia e Instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários (FA.2.2):

A comissão de avaliação atribuiu nota 0,8 de 1,0 ponto possível alegando que a: “proposta não traz especificação de visitas aos usuários internados na UTI.”

Destarte, destacamos que as regras trazidas fazem menção aos setores do hospital que recebem visitas. As regras apresentadas no corpo da proposta serão aplicadas em todo o hospital, não havendo distinção de setores.

Diante disso, necessário se faz a retificação da nota do IGH, por ter atendido o requisito em sua totalidade.

3.1.2. Estrutura da Gestão (FA.3.2):

No item relativo a experiência mínima de 1 ano da diretoria e gerência em Gestão de Unidade Hospitalar e unidade de saúde de atenção secundária similar, o IGH pontuou 2,5 de 4,0 pontos possíveis. A comissão avaliadora não atribuiu nota para o atestado de experiência do profissional Filipe Santos e Santos, sob a justificativa que “ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA DIRETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL REGIONAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES DE SETEMBRO DE 2021 A MARÇO DE 2022, NÃO COMPROVANDO O PERÍODO DE 1 ANO EXIGIDO, POR ISSO NÃO PONTUOU.”

Contudo, é possível verificar que logo depois do atestado de folha 1291, foi colacionado o CNES às folhas 1292/1297, onde consta que o profissional possui experiência de 14 (quatorze) meses como Diretor Administrativo da UPA ZONA (05/2019 a 06/2020), bem como, **32 (trinta e dois) meses de experiência como DIRETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE no HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHÃES (09/2021 a 04/2024)**, comprovando conter experiência superior ao quanto solicitado no instrumento convocatório, devendo ser atribuída pontuação para o atestado em comento.

Neste sentido, é imperioso esclarecer que o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é um sistema criado pelo Ministério da Saúde do Brasil para registrar todos os estabelecimentos de saúde no país, tanto públicos quanto privados, e os profissionais que atuam neles. Cada estabelecimento de saúde é obrigado a manter seu cadastro atualizado, incluindo informações detalhadas sobre os profissionais, como vínculo empregatício, cargo, carga horária, e especialidade.

Assim, o CNES serve como um meio de comprovação de experiência, especialmente para profissionais de saúde vinculados a serviços públicos ou que atuem em locais registrados no sistema. Nele, é possível obter informações sobre o vínculo e o período em que o profissional trabalhou em determinado estabelecimento.

4. DA PROPOSTA TÉCNICA DA AGIR

4.1 AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DOS CUSTOS COM PESSOAL MÉDICO

A entidade apresentou quadro de pessoal médico com as especialidades, quantitativos e carga horária semanal de (fls. 685/694). Contudo, restou pendente as informações referentes aos custos que serão realizados com cada especialidade.

A discriminação detalhada dos preços no quadro de pessoal médico em um Chamamento Público de gestão hospitalar é essencial para garantir a transparência e permitir uma análise criteriosa dos custos por especialidade. Primeiramente, o princípio da transparência, estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, exige que a Administração Pública assegure clareza em seus atos. Especificar os valores por especialidade médica atende a esse princípio, permitindo que o poder público e a sociedade compreendam e fiscalizem os custos envolvidos na prestação de serviços hospitalares.

Além disso, o mesmo artigo 37 impõe o princípio da eficiência, que obriga a Administração a aplicar os recursos públicos de forma otimizada. Ao discriminar os valores por categoria de profissional, torna-se possível avaliar melhor a necessidade de cada especialidade, promovendo o uso estratégico e econômico dos recursos e evitando gastos desnecessários. A Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) reforça essa necessidade ao prever que os processos de contratação pública devem observar os princípios de transparência e planejamento. O artigo 5º, inciso V, destaca a importância da gestão fiscal e o uso responsável dos recursos públicos, o que inclui o controle e monitoramento detalhado dos custos para evitar fraudes e permitir acompanhamento eficiente dos valores pactuados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) também contribui para essa obrigatoriedade ao exigir que os gastos públicos sejam minuciosamente detalhados e justificados. A discriminação dos custos de cada especialidade médica garante que a administração atenda aos requisitos de transparência na gestão fiscal e de planejamento orçamentário, expressos nos artigos 1º e 2º dessa lei.

Finalmente, o detalhamento dos custos facilita o trabalho dos órgãos de controle, como Tribunais de Contas e o Ministério Público, que fiscalizam a correta aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, o detalhamento dos preços por especialidade médica no quadro de pessoal é essencial

para cumprir os princípios constitucionais, o rigor da Lei de Licitações e o planejamento fiscal responsável, garantindo uma gestão hospitalar transparente e eficiente.

5. DA PROPOSTA TÉCNICA DA HMTJ

Consta no edital, página 26, item 3. Qualidade Técnica, Estrutura e experiência da Diretoria, **a exigência de Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo**, com atribuição de 2 pontos possíveis.

Também é solicitado a *“Titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com documento comprobatório de interesse do titular (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto) ”*, podendo atingir até 4,0 pontos. **Ou seja, para atingir a nota máxima, é necessário apresentar o título de especialista de, no mínimo, 8 membros que irão compor a diretoria/gerência.**

Em seguida, a fim de comprovar a experiência da Diretoria, é solicitado *“Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (direção) de Unidade Hospitalar da diretoria ou gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto), podendo atingir até 3,0 pontos. ”*. **Neste caso, para obter a nota máxima, é necessário apresentar comprovação de experiência de, pelo menos, 6 membros da diretoria/gerência.**

Vejamos, o edital é claro quando informa a necessidade de comprovação de especialização e experiência do corpo diretivo. Contudo, a HMTJ apresentou um Organograma para a unidade HEI considerando apenas 02 (duas) diretorias, sendo DIRETORIA GERAL (Vitor Pessamiglio) e DIRETORIA TÉCNICA (Agnaldo Rodrigues), não havendo se quer a função de gerente na estrutura da unidade (vide página 1420).

Dessa forma, a HMTJ só poderia pontuar com apenas dois especialistas e com 02 atestados de experiência dos profissionais, pois só há duas diretorias previstas em seu organograma. Os demais não poderiam ser computados para aferir pontos, tendo em vista não haver previsão de demais diretores e gerentes no organograma. Mesmo assim, foi atribuído

nota máxima de 4,0 pontos para o requisito titulação e nota 2,5 para o item relativo a comprovação de experiência mínima de 1 ano no gerenciamento de unidade hospitalar de forma equivocada.

Logo, é de rigor a retificação da nota da HMTJ nas 2 condições citadas acima, uma vez que a mesma não cumpriu o quanto exigido objetivamente no edital, uma vez que há uma determinação de pontuação referente aos documentos apresentados dos membros da **DIRETORIA E GERÊNCIA**.

6. CONCLUSÃO

Ante todos exposto, verifica-se que a comissão interna aplicou notas em vários itens, de forma equivocada, com base em critérios que não estavam previstos objetivamente no edital do chamamento público em epígrafe, sendo, em alguns casos, exigidos detalhes que ultrapassam as especificações constantes no edital. A avaliação demonstrou uma determinada subjetividade, comprometendo o princípio da isonomia entre os concorrentes e a transparência do processo. Requer-se, portanto, a revisão das pontuações, conforme os fundamentos expostos.

Nesse sentido, cumpre destacar que a administração pública possui a prerrogativa de revisar seus próprios atos a qualquer momento, com vistas à adequação ao princípio da legalidade e da autotutela. Nesse sentido, a Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) é clara ao estabelecer que:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Dessa forma, a Comissão Interna, no exercício do seu poder de autotutela, pode rever seus próprios atos e decisões, incluindo a desclassificação do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), caso verifique equívocos ou inconsistências na análise realizada. Tal revisão está amparada no princípio da autotutela, que visa corrigir ilegalidades e evitar prejuízos injustificados aos administrados.

Ainda, cumpre lembrar que o exercício desse poder de revisão pela Comissão Interna deve observar, além da legalidade, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal. Tais princípios exigem que os atos administrativos sejam justos, proporcionais e aplicados de forma equânime entre todos os participantes do certame, de modo a garantir a lisura do processo e a igualdade de condições.

7. DOS PEDIDOS

Ante aos fatos narrados e as razões de fato e de direito acima aduzidas e confiando nos trabalhos dessa I. Comissão, que uma vez alertada quanto aos equívocos apontados não se quedará inerte, espera e confia este Recorrente sejam acolhidas as presentes razões, onde requer:

- 1) Com base no princípio da autotutela, requer-se que a douta comissão interna realize a retificação da nota técnica do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, adequando-a aos ditames objetivos estabelecidos no edital.
- 2) Seja retificado as notas técnicas atribuídas as entidades AGIR e HMTJ, com base nos fundamentos acima expostos.
- 3) Caso a comissão entenda pela improcedência total ou parcial do presente recurso, requer a remessa do mesmo para análise da autoridade superior, como recurso hierárquico, bem como para análise da Procuradoria Jurídica;

Termos em que, pede deferimento.

Salvador - BA, 14 de novembro de 2024.

Assinado digitalmente por:
PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA
CPF: ***.877.675-**
Certificado emitido por AC CNDL RFB v3
Data: 14/11/2024 22:31:48 -03:00



Priscila Oliveira de Almeida Souza
Gerente de Licitações- IGH



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 5VUMV-5L8LL-QX9AZ-56ELU

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA (CPF ***.877.675-**) em 14/11/2024
22:31 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/5VUMV-5L8LL-QX9AZ-56ELU>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>